

“O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ZEROU A EVASÃO ESCOLAR NO SERTÃO”: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE CATINGUEIRA – PB.

Antonio Luiz da Silva

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

tonlusi@hotmail.com

Patrícia Oliveira S. Santos

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

patriciaooss1288@yahoo.com.br

Christina Gladys de Mingarelli Nogueira

Antropóloga e Professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

c.g.nogueira@hotmail.com

RESUMO: Apoiados num percurso que ultrapassa mais de meia década de investigação, seguindo inspiração metodológica etnográfica e bibliográfica, neste trabalho refletiremos sobre a importância da escola para os sertanejos pobres a partir de Catingueira – PB. Enfatizando a contribuição do PBF – Programa Bolsa Família para a escolarização, mostraremos que as condicionalidades acabaram trazendo vantagens tanto às famílias quanto aos próprios educandos. Ao comparar a opinião de diferentes recortes etários, destacaremos que as gerações contemporâneas têm sido melhores beneficiadas pelas políticas públicas, em especial pela educação. Apontaremos que, ao estabelecer uma frequência escolar mínima de 85% para que o benefício financeiro seja repassado mensalmente, o PBF trouxe incentivo às famílias, valorizou uma determinada noção de educação, aumentou a frequência escolar, ampliou o tempo de escolarização no sertão e zerou a evasão escolar no município investigado.

Palavras-chave: Crianças, Educação, Bolsa Família, Evasão Escolar, Sertão.

INTRODUÇÃO

Em 2016 um deputado federal aliado da presidência da república em curso, justificando seu voto em favor da PEC 241, aquela que congelaria investimentos em áreas sociais pelos próximos 20 anos, saiu-se com a seguinte pérola verbal: "Quem não tem dinheiro não faz universidade". Depois até tentou suavizar sua grosseira política. Mas como diria Manuel Maria Barbosa de Bocage: “A emenda saiu pior do que o soneto”. Do que transpareceu em sua argumentação, o investimento público deveria se estender até ao fundamental ou ao médio quando muito. E, diga-se de passagem, se o jornalista tivesse podido ir mais fundo teria descoberto que educar-se formalmente, para sua lógica subjacente, não era um direito, mas um mérito, reservado apenas para pessoas bem ‘nascidas’, os ricos da sociedade. Por isso, sua tosca afirmação não nos pareceu lhe causar maiores arrepios eleitorais ou constrangimentos morais.

De fato, ao longo da história da educação, a escola sempre foi um lugar de seleção, portanto, para poucos. Para Mézáros (2012, p. 69): “Na concepção de educação há muito

dominante, os governantes e os governados, assim como os educacionalmente privilegiados [...] e aqueles que têm de ser educados, aparecem em compartimentos separados, quase estanques”. De um lado estão os privilegiados, do outro, encontra-se o resto da humanidade, a sobra condenada à condição de mão de obra facilmente explorável, preferencialmente iletrada.

Assim, para as elites políticas e econômicas nacionais, talvez salvando-se um ou outro exemplar, sempre foi importante que desse modo fosse e que dessa forma permanecesse por mais tempo possível. A escola parecia, considerada por certa lógica pautada no lucro, um desvio de finalidade econômica. Para os donos do dinheiro, para os senhores das terras e proprietários dos meios da produção agrícola, o tempo despendido com educação de crianças pobres poderia reduzir, tanto no presente quanto no futuro, parte das forças disponíveis, ocasionando diminuição nos lucros. Não é à toa que ainda hoje se diz que muitos jovens, depois de terem estudado, “não querem mais trabalhar no pesado”.

É verdade que ao redor do mundo o quadro de não necessidade da escolarização começou a ser questionado na modernidade. Conforme Rui Canário (2008, p. 74): “O nascimento histórico, a consolidação e o desenvolvimento dos modernos sistemas escolares situam-se num contexto que é indissociável da dupla revolução (liberal e industrial) que marcou o final do século XVIII”. Em seus objetivos estavam muitas ambições, mas podemos perguntar: para além da criação de um lugar importante para o desenvolvimento infantil, não estava também a inculcação e a moralização dos filhos das classes mais empobrecidas do meio urbano, sobretudo, os da classe operária, cujo fim derradeiro era formar mão de obra? Como afirmou, num texto clássico, Miguel G. Arroyo (1988, p. 6): “A burguesia sempre pensou junto educação e trabalho produtivo, sempre condenou a ociosidade como deformadora e exaltou a pedagogia do trabalho, da ocupação, a moralização pelo trabalho”. No fundo, nos parece que burguesia sempre quis controlar os pobres em seus mínimos detalhes, sobretudo amarrando seus braços e sua inteligência em uma máquina.

Porém, mesmo surgindo com a industrialização, no plano brasileiro a valorização da escola, em maior escala, como instrumento útil para qualificação de mão de obra na classe trabalhadora, é um movimento relativamente novo, de modo que Canário (2008) o situa no pós-segunda guerra mundial. E conforme Tatiana Escobar (2014, p. 503): “É em 1967 que se percebe uma preocupação maior em garantir a todos o acesso à educação formal”. E isso, para o país e para um bloco do capital, significou não apenas uma valorização tardia, mas uma

ação muito lenta, sobretudo quando se entende que o avanço da indústria nacional deu-se primeiro e por muito tempo no eixo sul/sudeste.

Seja como for, com a expansão da industrialização, assim como já vinha ocorrendo em escala mundial, pouco a pouco, a educação brasileira passou a ser uma necessidade social generalizada, e, por ordens maiores do capital, a escola se viu forçada a abrir suas entranhas para as camadas mais pobres. Para além do ideal industrial, nas palavras de Rui Canário (2008, p. 74): “O fenómeno da “explosão escolar” assinala um processo de democratização de acesso à escola que marca a passagem de uma escola elitista para uma escola de massas e a sua entrada num “tempo de promessas”.

Contudo, aí vem o choque. Para as camadas mais empobrecidas da nação, desde os primórdios daquilo que Canário (2008) chamou de “explosão escolar”, a coisa mais difícil do mundo tem sido manter um filho na escola. A criança e seus pais tinham que escolher entre ficar na escola ou caçar o que comer, entre estudar ou ajudar à família na produção do sustento doméstico. Para muitas gerações de filhos de famílias pobres, quando muito, saber assinar o nome, ler e escrever uma carta já eram mais do que o suficiente.

O painel acima descrito representava tanto a situação das gentes dos grandes centros urbanos quanto a realidade das pessoas que povoavam o vasto mundo rural brasileiro, onde a baixa existência de escola tornava o acesso muito mais difícil. E dessa forma, mesmo imposta pela necessidade do capital, a escola acabou se construindo de costas para as camadas mais empobrecidas.

A CHEGADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Entretanto, é possível que essa ‘sorte’ tenha começado minimamente a mudar. Nas últimas décadas o país ampliou o número de vagas, aumentou o registro de matrícula no ensino regular, redistribuiu melhor as atribuições dos entes federados, ficando os municípios responsáveis pela educação fundamental, os Estados incumbidos pelo ensino médio e a federação respondendo pelo ensino superior.

E embora nas comunidades mais empobrecidas a evasão escolar ainda seja observada (LEÃO, 2015), com persistência maior nas séries finais (MENDES, 2013), já é notável que nas séries iniciais essa questão não se configura mais como a grande preocupação da escola brasileira contemporânea, como foi em seu passado recente (BOSSA, 2002). Além disso, mesmo que o trabalho infantil ainda exista (RIZZINI, 2006; DULTRA, 2015), muitas crianças, já não são obrigadas a largar os estudos por conta da necessidade do trabalho

precoce. E ao pensarmos em termos de controles sociais, é importante perceber que as políticas públicas vêm implantando modelos que tanto incentivam a permanência infantil na escola quanto dificultam, em alguma medida, o abandono escolar por parte das crianças.

Na afirmação acima estamos pensando na implementação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e em seu controle via Conselho Tutelar, no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, no CREAS – Centro Especializado da Assistência Social e também, de modo especial, na criação do PBF – Programa Bolsa Família¹, que, por meio das condicionalidades, auxilia financeiramente as famílias.

O quadro atual pintado já parece ser de alguma esperança para os mais pobres da nação. Pois, conforme Santos e Gomes (2014, p. 426): “Associada a outras políticas públicas, entre elas, à política educacional, a transferência monetária tem sido utilizada em vários países capitalistas como alternativa de combate à pobreza e ao mesmo tempo como política de construção da cidadania”. Analisando o PBF, afirma Silva Jardim (2010, p. 40): “Dos principais objetivos deste programa destacam-se a diminuição da desigualdade de renda e o fim do ciclo geracional da pobreza”².

No que se refere ao combate à pobreza e à construção da cidadania, ao exigir das famílias e das crianças o cumprimento das condicionalidades escolares, nos parece que o PBF acabou valorizando a educação na opinião dos pais e mantendo os alunos mais tempo na escola (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016). Além disso, para Pires e Silva Jardim (2014, p. 101): “As condicionalidades são consideradas necessárias para alcançar o objetivo último do PBF, qual seja, o rompimento do ciclo geracional da pobreza, que condena famílias pobres à inércia na ascensão social por gerações”. Não sem motivo o PBF tem sido considerado por Bichir (2010), Ávila (2013) e Silva (2010) o maior e mais ambicioso programa social na

¹ Resultado da unificação de inúmeros programas de transferências de rendas já existentes no Brasil, tanto na esfera federal, quanto nas estaduais e municipais, representando para Silva e Lima (2010) evolução e inovação nos programas em implementação em território nacional, promovendo de acordo com Monteiro et al (2008) o aumento da renda das camadas mais pobres da população, e, por conseguinte, elevando o consumo familiar, foi no âmbito do Programa Fome Zero que o PBF surgiu em 2003, através de Medida Provisória n. 132 de 20 de Outubro/2003, se transformando em lei em janeiro de 2004, com regulamentação pelo Decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004.

² No que diz respeito ao alcance do PBF, até o mês de abril de 2017, segundo dados do MDSA – Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, ele já beneficiou 13.488.892 famílias em todo o território nacional.

história do país, sendo tomado como referência para o desenvolvimento de programas sociais em outros países³.

Pensando a situação do abandono da escola pelos mais empobrecidos, afirma Patrícia Santos (2017, p. 38): “Hoje com a intervenção do Estado no seio familiar através, sobretudo, dos programas de transferência condicionada de renda, esse ciclo vicioso que se repetia entre as gerações de pais e filhos vem se alterando”. É bem verdade que além do PBF houve também, como acredita Tatiana Escobar (2014, p. 505): “[...] uma mudança de pensamento em nossa sociedade, que associa educação formal a melhores oportunidades no mercado de trabalho”. De certo, no enquadre contemporâneo, essa mudança vem se gestando na sociedade nacional desde a redemocratização do país.

Contudo, mesmo que as condicionalidades sejam as mais mostradas, vale ressaltar que o PBF encontra-se estruturado em três eixos, a saber, a transferência direta de renda, a exigência de condicionalidades e o apoio de programas sociais complementares. As condicionalidades foram a forma que os idealizadores do programa encontraram tanto para combater, sistematicamente, a pobreza e a pobreza extrema⁴ quanto para induzir a população a acessar os serviços de educação, assistência social e saúde, o que, mesmo em curto prazo, já vem exigindo mais atenção por parte do poder público.

O MÉTODO E O CAMPO DA PESQUISA

Podemos dizer que a pesquisa que dá sustentabilidade a este artigo vem sendo desenvolvida ao longo dos anos de 2010, 2011, 2012, 2014, 2015 e 2016, envolvendo famílias que possuem crianças em idade escolar e que são beneficiárias do PBF, ou seja, famílias que se encontram em situação de pobreza ou pobreza extrema.

O método adotado tem sido a abordagem etnográfica. A partir dela realizamos entrevistas, observação participante e tomamos notas reflexivas em cadernos de campo ao longo de várias temporadas. Em algumas dessas temporadas as equipes de pesquisas ficaram hospedadas nas casas dos beneficiários do PBF.

³ De acordo com o Banco Mundial, até o ano de 2016, 52 países utilizavam o mesmo formato do PBF em seus programas de transferência de renda. No período entre os anos de 2011 e 2015, o MDSA informou ter recebido 406 delegações de 97 países, todas interessadas em entender melhor sobre o funcionamento do PBF (MDSA 2016).

⁴ Os benefícios são destinados às famílias com renda per capita mensal de até R\$ 170,00. Nesse patamar classificatório, as famílias com renda per capita mensal de até R\$ 85,00 são as consideradas em situação de pobreza extrema e as famílias com renda entre R\$ 85,01 até R\$ 170,00 são consideradas pobres.

A cidade onde a pesquisa foi realizada chama-se Catingueira, está localizada na região conhecida como Médio Sertão, Vale do Piancó, parte Oeste do Estado da Paraíba. Numa área municipal de 529,46 km², sua população, de quase 5.000 habitantes, encontra-se distribuída entre as zonas rural e urbana.

Boa parte dos moradores da cidade conserva tanto costumes urbanos quanto rurais. E, especialmente aqueles de mais idade, cultivam a prática da agricultura de subsistência em seus quintais e ou em pequenos roçados, plantando milho, feijão ou ainda criando alguns animais de pequeno porte, como galinha, porco, pato, cabra.

Como a maioria das pequenas cidades do Nordeste do Brasil, as pessoas que vivem em Catingueira sobrevivem das aposentadorias e dos auxílios do governo, como o PBF e o BPC – Benefício de Prestação Continuada. Mas há ainda aquelas famílias que se sustentam a partir de seus pequenos comércios. Em alguns casos, alguns desses comércios locais que vêm se instalando na cidade empregam uma parte dos trabalhadores em idade produtiva. Existem os que conseguem ser empregado em algum cargo público, seja por meio de concurso, o que garante uma maior segurança à família como um todo, seja por meio de contratados, nesses casos têm-se sempre a sensação de insegurança, uma vez que aquele emprego encontra-se sujeito ao resultado das próximas eleições. Mesmo assim, os mais jovens anseiam por conseguir um emprego na prefeitura. Além desses, é preciso destacar ainda aqueles que trabalham como auto empreendedores: costureiras, prestanistas, cabelereiros etc.

Hoje, considerando o PBF a partir do sertão, especialmente em Catingueira, temos observado que ele vem causando impactos significativos em áreas, tais como, ambiente doméstico, comércio, consumo, lazer, escolarização, etc. Esse programa, sobretudo no sertão da Paraíba, resolveu um dos maiores problemas da educação: a evasão escolar, estabelecendo frequência escolar mínima de 85% para que haja o repasse financeiro do benefício às famílias. Além disso, mesmo que não se possa assegurar o quanto essa notícia é verdadeira, os dados oficiais informam que a taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos de idade, para o ano de 2010 era de 97,1 %, o que não é insignificante⁵.

UMA GERAÇÃO ‘QUASE’ SEM ESCOLA

Anterior à época moderna a escola existia, mas sua utilidade precípua era para as crianças de famílias economicamente mais favorecidas. Por isso, embora afirmemos a escola

⁵ Dados colhidos em IBGE/Cidades, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/catingueira/panorama>. Acesso em 23 de set. 2017.

como um valor, é bom entender que ela nem sempre foi o que é hoje para a vida das pessoas. Seu acesso era muito custoso para as camadas mais pobres, de modo que vários motivos levaram as gerações mais velhas a não frequentarem a escola. Aliás, muitos não podiam frequentar a escola e muitas deveriam mesmo trabalhar.

Mesmo que hoje estejamos denunciando o trabalho precoce em detrimento do acesso à escola, reconhecendo sua persistência na vida de muitas crianças no Brasil e no Mundo (DULTRA, 2015; RIZINNI, 2006), ele foi uma realidade muito mais desconcertante para as gerações mais velhas do que o é para as gerações de crianças contemporâneas, e isso tanto nos meios urbanos quanto rurais, sendo que mais premente no mundo rural.

Como não havia nenhuma política pública de eficácia real, uma política de amparo às crianças pobres, podemos dizer que, mesmo depois da escola ter se tornado um fenômeno ‘quase’ obrigatório, era um milagre alguns filhos das classes populares completarem o ginásio ou o colégio, hoje transmutados em fundamental e médio.

A partir de Catingueira, durante as entrevistas e em conversas informais, muitos pais e avós admitiram ter trabalhado toda sua infância para ajudar a família, enfrentando o sol escaldante do sertão nordestino. Não havia noção de exploração infantil. É verdade que muitas delas após o trabalho no roçado ainda iam à escola, mas alegavam que quase nada entendiam do que a professora estava a dizer, dado o estado de cansaço em que estavam, quando não dormiam durante a aula ministrada.

Os pobres não permaneciam na escola. Não por opção ou porque fugiam, mas porque não podiam permanecer longo tempo nela. Eram evadidos ou, como entende Leão (2015), sofriam o processo de “expulsão”. Como afirmam Pires e Silva Jardim (2014, p. 106): “Em Catingueira é perceptível que a escolarização ficou em segundo plano nas gerações anteriores ao PBF. [...] outros motivos impediam o acesso e a continuidade dos estudos, sobretudo a necessidade de trabalhar, além da estrutura educacional precária da época”.

Outro dado importante diz respeito às condições de deslocamento. Na maioria dos casos não havia transporte. A não ser que a família dispusesse de um animal, os que viviam na zona rural tinham de caminhar longas distâncias, ‘quase duas léguas de casa para a escola’, como nos contou Cícera⁶ (76 anos).

Além das distâncias, excessivamente longas, é importante pensar nas condições estruturais da escola, na existência de professores formados e na oferta do ensino, realidades

⁶ Todos os nomes aqui apresentados são fictícios e visam preservar a identidade dos(as) participantes.

que acabavam afetando o acesso das antigas gerações à escola. Em muitas comunidades nem existiam escolas nem professores.

As mulheres enfrentavam, em alguns casos, o machismo e a ignorância paterna. Era muito frequente escutarmos de mulheres idosas que não estudaram porque seus pais não permitiram. Esses patriarcas proibiam suas filhas de frequentar a escola, sobretudo para que elas não aprendessem a ler e não passassem a trocar cartas com namorados.

Das gerações mais velhas, encontramos tanto pessoas que não tiveram mesmo acesso à escola quanto as que tiveram, porém, com extrema dificuldade. As primeiras, se não corrigiram o problema na idade adulta e algumas na ‘melhor idade’, continuaram analfabetas. As segundas, mesmo que tenham se alfabetizado, coisa rara foi encontrar entre os mais pobres um exemplar humano que tenha completado uma formação básica. Via de regra, a jornada se findava no meio do caminho e o processo de escolarização era então interrompido.

Na verdade, para as famílias mais pobres, que dependiam de todos os braços para alimentar suas muitas bocas, mesmo que fosse possível, a escola poderia atrapalhar e acabava atrapalhando a já tão minguada renda, o desenvolvimento do roçado, os tostões catados nos aluguéis dos corpos, constituindo-se assim uma distração, uma perda de tempo e outras coisas mais aborrecedoras que não levariam a expectativas maiores.

A ESCOLA DEPOIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Quando se olha para os efeitos do PBF a partir de uma pequena cidade, é possível perceber as modificações silenciosas que ele vem causando tanto na estrutura social, econômica, cultural quanto na geracional. Considerando a importância do PBF para Catingueira – PB, e avaliando seus impactos na geração de crianças contemporâneas, Pires e Silva Jardim (2014) cunharam a expressão “Geração Bolsa Família”. Na opinião dos autores, com a qual concordamos, essa geração tem experimentado muitas pequenas vantagens, quando comparadas com os pais e com os avós do município.

Imaginemos que já fruto das políticas públicas das duas últimas décadas, há no município, conforme nos informou Margarida Alves (43 anos), aproximadamente 40 jovens fazendo faculdade, esses se deslocam diariamente para Patos, uma cidade próxima, para estudar. Além desses, alguns jovens cujas famílias possuem melhores condições financeiras, ou podem realizar um maior esforço econômico, conseguem se deslocar até as cidades mais próximas, como Pombal, Souza, Cajazeiras, Campina Grande, ou até mesmo a capital do Estado, João Pessoa, para cursar o nível superior.

No que toca à formação fundamental e média, na região urbana municipal, Catingueira conta hoje com 03 escolas. Duas delas pertencem à estrutura municipal, sendo 01 pré-escolar, na modalidade creche, 01 de ensino fundamental, do 1º ao 9º anos. Existe também 01 escola de ensino médio financiada pela rede estadual, fruto das últimas duas décadas.

Um dos primeiros efeitos do PBF foi reforçar o valor da escola e da escolarização no imaginário das pessoas mais pobres. Não estamos dizendo que os pobres não valorizavam a escola. Mas, como disse o Samuel (45 anos), reconhecendo que hoje tudo é diferente, quando criança parecia não ver muito sentido em estudar. Para ele: “A escola era uma coisa muito complicada”. Ele próprio contou-nos o seguinte relato: “Imagine você que meu pai não estudou. Minha mãe estudou só a cartilha, naquele tempo. A gente era muito pobre. 05 meninos e 04 meninas. Tinha que escolher. Aliás, roupa, caderno, lápis a gente tinha como comprar. Quando o governo dava, não chegava ao meio do ano”. Pontuando a diferença do passado para o presente, nas palavras de seu Praxeles (71 anos): “Hoje em dia o governo até paga pro povo estudar”.

Embora os professores tenham afirmado na pesquisa de Santos e Gomes (2015, p. 434), “[...] que a “frequência escolar obrigatória não deveria ser utilizada como critério para recebimento do benefício” e “sim o desempenho do aluno em sala de aula”, nossa pesquisa tem reconhecido que os primeiros efeitos do PBF também foram sentidos no cumprimento da frequência escolar. Já para aqueles que defendem as condicionalidades do modo como estas se encontram, elas, segundo Murilo Fahel, Canaan, Cabral e Bahia (2012, p. 108): “[...] são muito importantes ou até mais importantes que a própria transferência de renda, pois são elas que reforçam o direito da criança à educação, ao mesmo tempo que permite a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza”. Pensando a partir de Catingueira, reflete Silva Jardim (2010, p. 42): “Pensemos que sem benefício muitos pais levam suas crianças para o trabalho, [...]. Isso, muitas vezes, leva ao abandono da escola e das perspectivas de futuro, sobretudo num mercado de trabalho em que a educação é critério de seleção”.

Outro efeito do PBF em Catingueira, foi o aumento do tempo de escola. Essa é também uma tendência nacional⁷. Antes se estudava somente o primário, ou quando muito o fundamental. Hoje se completa o ensino médio no próprio município. Carlos (32 anos) nos contou que se afastou da escola depois que fez a 8ª série. Em sua época não havia o ensino

⁷ Dados colhidos no site do IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20012. Acesso em 23 de set. 2017.

médio no município e tinha que se aventurar pegando carona para Patos – PB. “Eu não podia mais estudar. Me abusei. Juntando uma coisa com a outra, como aqui não tinha emprego, só se fosse na roça, eu fui embora. Passei quase 10 anos em São Paulo. Mas hoje, a coisa que mais quero é que meus filhos estudem. E está melhor”.

Embora o PBF seja um programa para a família toda, ele acabou sendo muito benéfico para as próprias crianças. Com nos relatou a Cecília (29 anos), a respeito de sua filha, a Tania (9 anos): “Essa daqui, todos os anos vai comigo pra Patos comprar o material escolar dela. E só quer do bom”. Conforme Pires, Falcão e Silva (2014, p 161): “A centralidade da criança na aplicação dos recursos do PBF dentro da família está expressa na possibilidade da criança receber pequenos benefícios cotidianos e de poder escolher o que consumir”.

Como o PBF acabou retirando muitas crianças do trabalho precoce, porque age casado com o PETI, com o CRAS e com o CREAS, boa parte delas tem permanecido à disposição da escola. A professora Daniela (37 anos), observando essa situação, nos afirmou: “O Programa Bolsa Família zerou a evasão escolar no sertão, quer dizer em Catingueira. Mas acho que foi em todo sertão”. E esta é também uma tendência nacional. Em uma pesquisa que comparou o desempenho de alunos a partir da Prova Brasil, concluem Cireno, Silva e Proença (2013, p. 303): “Dado o alto grau de exposição ao programa, as evidências sugerem que a condicionalidade, ao menos na área de educação, tem efeitos positivos sobre a trajetória escolar destas crianças”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos as camadas mais pobres da nação, entendemos que por muito tempo não lhes foi possível imaginar a educação como um bem público universal, e mesmo que algumas vozes dissidentes pleiteassem isso em discurso público, a possibilidade de execução política mínima desse princípio seria extremamente difícil. Por isso, é fato que a escola formal, historicamente e por longos séculos, teve sim valor menor para as camadas mais empobrecidas. Não por elas, e sim pelas condições sociais e materiais a que estiveram desde sempre submetidas.

Incutiu-se nos mais pobres uma verdadeira desesperança, um desvalor, um desencanto em relação à escola. Por que sonhar com aquilo que não se poderia alcançar? Dela se falava sutilmente mal, sendo entendida como força perigosa. Quem das camadas mais pobres, em sua infância, não conheceu uma pessoa que enlouqueceu por estudar muito? Alguém consegue imaginar o impacto psicológico desse encontro? “Virou a cabeça”, “É nisso que dá

estudar demais”, se dizia nos meios populares. Nos meios mais empobrecidos, predominantemente rural, semelhante constatação caía como uma luva de questionamento quanto à eficácia da escolarização.

Esse quadro, que vem lentamente mudando ao redor do mundo, transformou-se bastante nas duas últimas décadas no sertão. Conforme temos observado, a partir de Catingueira, o abandono da escola pelas crianças das camadas mais pobres encontra-se parcialmente resolvido pelo PBF, uma política destinada à família, mas que deu forte incentivo à permanência das crianças na escola através das condicionalidades.

É claro que ainda existem dificuldades que precisam ser enfrentadas. Mas não podemos dizer que a sorte das gerações contemporâneas são as mesmas das gerações passadas. É possível sonhar. O fato da criança ficar mais tempo na escola traz também uma exigência para a própria escola. Ela não vai poder justificar facilmente se uma criança não se alfabetizar no tempo certo, por exemplo. A própria escola vai se obrigar a oferecer um ensino mais adaptado.

Catingueira tem se esforçado nessa direção. Todos os seus professores são licenciados ou estão em vias de finalização. Muitos deles tem pós graduação, tendo se especializado em algum assunto educacional relevante. A outra parte, a valorização da carreira do magistério, as melhorias de condições profissionais, e a estruturação dos equipamentos escolares têm sido cobrado a quem tem competência, seja através de negociações com gestores, seja através de greves municipais.

REFERÊNCIAS:

- Arroyo, Miguel G. O direito ao tempo de escola. **Cad. Pesq.**; São Paulo (65): 3-10, maio, 1988.
- ÁVILA, Milene Peixoto. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Revista política & Trabalho** (UFPB Impresso), n. 38, abril de 2013, pp.105-122.
- BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos Cebrap**, 87, julho 2010, pp. 115-129.
- BOSSA, Nádia. A. **O Fracasso Escolar: Um Olhar Psicopedagógico**. São Paulo: Artmed, 2002.
- CANÁRIO, Rui. A escola: das “promessas” às “incertezas”. **Educação Unisinos**. 12(2):73-81, maio/agosto 2008.
- CIRENO, Flávio; SILVA, Joana; PROENÇA, Rafael Prado. Condicionalidades, Desempenho e Percorso Escolar de Beneficiários do Programa Bolsa Família. In.: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. 494 p.

- DUTRA, M. Z. L. A inviolabilidade do lar e o trabalho infantil doméstico. **Rev. TST**, Brasília, vol. 81, no 1, jan/mar, 2015.
- ESCOBAR, Tatiana P. Escolarização das crianças pobres: Um estudo sobre políticas públicas e discurso docente. **Colóquio Internacional de Educação e Seminário de Estratégias e Ações Multidisciplinares**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 499-514, set. 2014.
- LEÃO, Núbia M. M. O índice de evasão escolar na escola estadual Ernesto Panafior. **Lat. Am. J. Sci. Educ.** 1, 12054, 2015.
- MENDES, Marcelo S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 30(2), pp.261-265, abril – junho, 2013.
- MONTEIRO, D. A. A; FERREIRA, M. A. M; TEIXEIRA, K. M. D; SILVEIRA, S. de F. R; DENÚBILA, L. A. Evolução dos gastos sociais e transferência de renda no Brasil: reflexões sobre o Programa Bolsa Família. **Biblioteca Virtual Bolsa Família**. Viçosa/MG: UFV, 2008, 19p.
- FAHEL Murilo; CANAAN, Mariana; CABRAL, Bruno; BAHIA, Matheus. O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 98-126, jan./jun. 2012.
- PIRES, Flávia F.; SILVA JARDIM, George A. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **RBCS**. vol.29, n.85, pp.99-112, 2014.
- PIRES, Flávia F.; FALCÃO, Christiane R.; SILVA, Antonio L. O Bolsa Família é Direito das Crianças: Participação Social infantil no Semiárido Nordeste. **Teoria & Sociedade** nº 22.1 - janeiro-junho, 2014.
- RIZZINI, Irene. Infância e globalização: análise das transformações econômicas, políticas e sociais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 58(2), 81-93(2006).
- SANTOS, Cinthya C. G.; Gomes, Alfredo M. Contrapartida do Programa Bolsa Família na perspectiva dos professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 425-446, jul./dez. 2015.
- SANTOS, Patrícia O. S. **A invenção da infância: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade de Feira Nova (Orobó) no agreste pernambucano**. Dissertação mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.
- SANTOS, Patrícia. O. S.; SILVA, Antonio. L. & FERREIRA; D. C. (2016). “Fora de casa o único serviço que a gente faz é bagunçar”: diferenças geracionais e contribuições de uma política pública para a agência das crianças. In.: **Anais Eletrônicos da 30ª RBA: Políticas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos**. UFPB, João Pessoa.
- SANTOS, Patrícia O. S. **Efeitos do Programa Bolsa Família: condicionalidade escolar e mudança geracional**. (Monografia). Departamento de Ciências Sociais, UFPB, João Pessoa, 2017.
- SILVA JARDIM, George A. Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças. **Caos**, n. 15, p. 37-45, mar. (2010).
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál**. Florianópolis, vol. 13, n.2, p. 155-163, jul-dez 2010.